

A Sintaxe na pele que habito: um relato de experiência do Estágio Supervisionado III

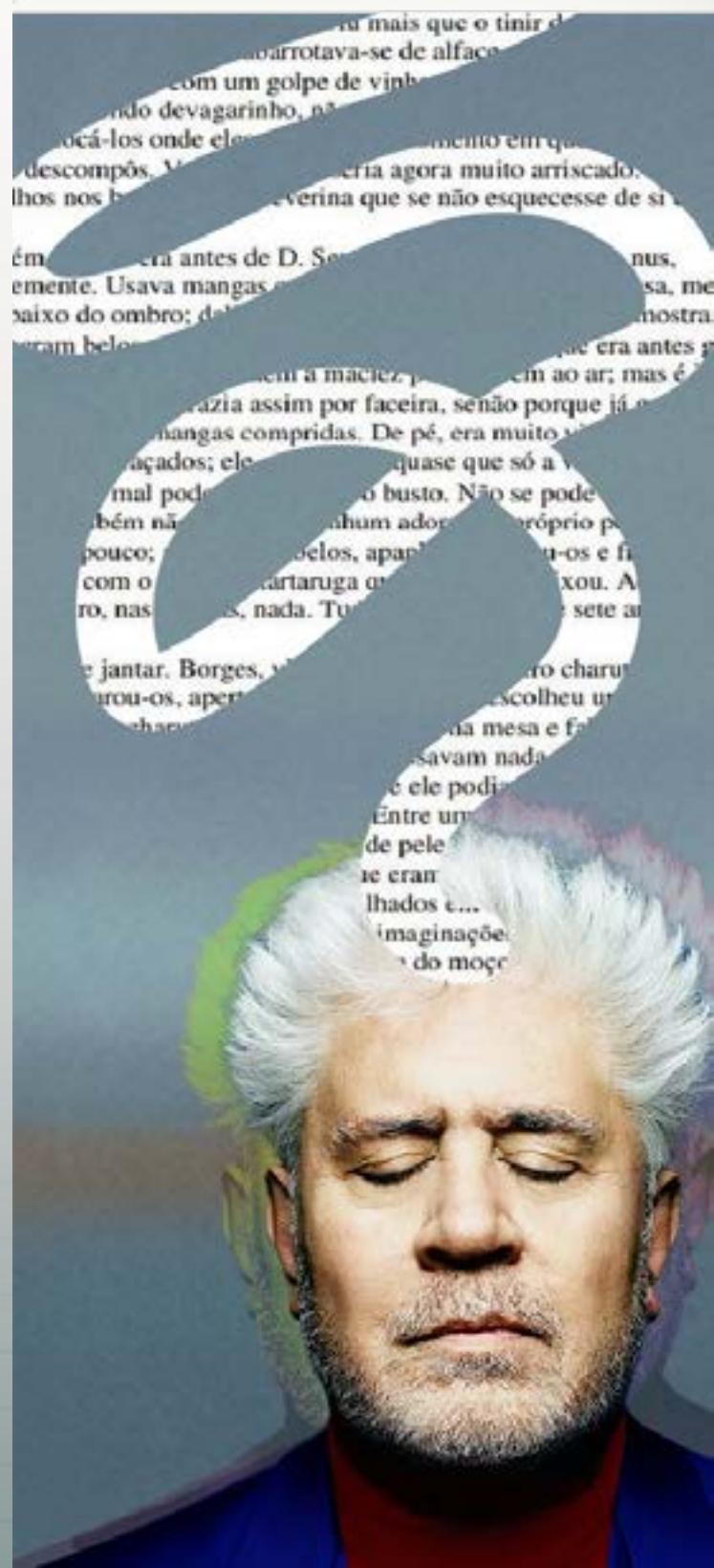
Paula Oliveira¹

Informações

1 paula221393@gmail.comtev

Como citar este texto

OLIVEIRA, Paula. A sintaxe na pele que habito: um relato de experiência do estágio supervisionado III. Cadernos de Estágio, v. 7, n. 2, 2025. DOI: [10.21680/2763-6488.2025v7n2ID40344](https://doi.org/10.21680/2763-6488.2025v7n2ID40344).



Ao professor José da Luz (in memoriam)

Ética e Gramática

Um deslize na gramática nem sempre implica um deslize na ética, mas um deslize na ética sempre pressupõe um deslize na gramática.

Em suma: quem ataca a lei, ataca a regra.

(J. Luz)

Diferentemente do aprisionamento inicialmente retratado no filme aludido no título deste relato, minha experiência como estagiária — e, por que não dizer, como professora temporária de duas turmas de 9º ano — foi profundamente libertadora, embora permeada por desafios. A referência ao título do filme de Almodóvar ancora-se na metamorfose subjetiva e simbólica que experimentei ao longo do estágio.

Diante disso, o relato em questão objetiva compartilhar a minha experiência com o Estágio Supervisionado para Formação de Professores III, componente curricular obrigatório do curso de Letras Língua Portuguesa e Literaturas, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O estágio em questão tem como principal atividade a regência de aulas de Língua Portuguesa para turmas do Ensino Fundamental II, que vai do 6º ano ao 9º ano. O meu estágio aconteceu em uma escola da região metropolitana de Natal, localizada no bair-

ro de Nova Parnamirim. Por se tratar de uma região privilegiada, em termos de concentração de poder aquisitivo, e consequentemente valorizada pelo capital imobiliário, as vagas para alunos e professores nessa escola são bastante concorridas. Além disso, a escola possui uma boa reputação, comparada às outras instituições públicas de ensino do município de Parnamirim, por questões relacionadas à nota do IDEB¹ (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e à gestão. Ademais, meus outros dois estágios anteriores a esse também foram realizados nessa mesma instituição, mas com supervisões diferentes.

Como dialogado anteriormente com a professora supervisora, ficou acordado que eu conduziria os conteúdos, atividades e avaliações das duas turmas de 9º ano, as quais ela ministrava aula, até quando durasse meu estágio. Para isso, eu deveria dar continuidade ao planejamento de conteúdo que já estava em andamento por ela, ficando responsável, então, pela tão temida Sintaxe da Língua Portuguesa. Logo de cara, me preocupei: como transpor um conteúdo tão complexo e permeado por várias vertentes teóricas para adolescentes de 14 e 15 anos, majoritariamente? Para além, como eu iria conduzir esses conteúdos sabendo que muitos foram pre-

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O Ideb é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no censo escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

judicados pelo ensino remoto no período de afastamento social da pandemia de Covid-19? Conteúdos de que me lembro muito bem da minha época de escola: foram uma pedra no sapato, eram enfadonhos e desinteressantes. Dessa responsabilidade, eu não poderia fugir. Sabia que nesse momento, eu teria uma jornada desafiadora pela frente. Fiquei com medo, mas fui.

Segundo Rocha Lima (2011), a Gramática Normativa é compreendida como um conjunto de regras e normas que, por determinada época, representam um ideal de expressão linguística correta. Ela é dividida em três partes: fonética e fonologia, morfologia e sintaxe. Para Evanildo Bechara (2009), entende-se como gramática um conjunto de regras que regulam o “bom uso” da língua. Ela está voltada para a norma culta e prescritiva, ensinada nas escolas. Na graduação de Letras Língua Portuguesa, a Sintaxe, que é uma área do conhecimento do campo da Linguística, se divide em duas disciplinas obrigatórias: a Sintaxe Tradicional e a Sintaxe Contemporânea. Nesse sentido, a gramática tradicional ou normativa, apresentada na disciplina de Sintaxe Tradicional, é a que é amplamente aplicada e ensinada no Ensino Básico, e segundo a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) essa disciplina é responsável por:

- Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.);
- Conhecer e analisar a organiza-

ção sintática canônica das sentenças do português do Brasil e relacioná-la à organização de períodos compostos (por coordenação e subordinação);

- Perceber a correlação entre os fenômenos de concordância, regência e retomada (progressão temática – anáfora, catáfora) e a organização sintática das sentenças do português do Brasil. (Brasil, 2018, p.83)

Ademais, outras concepções de gramática não devem ser ignoradas, como a Descritiva, que tem por objetivo descrever como a língua é efetivamente usada pelos falantes, sem emitir juízos de valor sobre o que é “certo” ou “errado”. A perspectiva da Gramática Descritiva orienta uma análise com base nos padrões de usos reais da língua (Cunha e Cintra, 2008). Já a Gramática Sistêmico-funcional entende a linguagem como um recurso para a construção de significados em contextos sociais. Ela considera que a língua é um sistema de escolhas significativas, moldadas pelas funções comunicativas e sociais do falante (Halliday, 1994).

Diante disso, inicialmente procurei revisitar os conteúdos ministrados nas disciplinas de Sintaxe I e II, bem como nas de linguística, as quais cursei na graduação. Somado a elas, complementei minha pesquisa com algumas reflexões sobre ensino de Gramática Contextualizada, segundo Irandé Antunes (2014).

A respeito das contribuições de Antunes (2014), é intrigante pensarmos sobre a permanência majoritária do ensino de gramática por meio de frases soltas e descontextualizadas. Se, para a

autora, não existe uma separação entre gramática e uso, ou seja, a gramática deve ser inherentemente contextualizada, então, na prática pedagógica, o texto (oral e escrito) deve ser o eixo principal no qual deve girar o ensino. No entanto, por razões políticas, ideológicas e, sobretudo, históricas, há um forte interesse em manter o ensino de gramática numa perspectiva prescritivista (normativa), uma vez que pessoas capacitadas ao pleno uso da linguagem podem representar uma ameaça aos interessados em manter o status quo, a ideologia dominante, através do controle.

Com o início da greve das universidades públicas federais, ficamos sem as aulas teóricas da disciplina de estágio III e, por consequência, sem as orientações necessárias para o percurso prático, o que me deixou diante de uma necessidade ainda maior de mobilizar proatividade e autonomia. Além disso, fui informada pela professora supervisora que nós não usariamos o livro didático em sala de aula, pois essa era uma prática já adotada por ela durante todo o ano letivo. E foi diante dessa notícia que iniciei meu primeiro grande embate: como norteio a construção de um plano de aula sobre frase, oração e período para alunos do 9º ano? Como seleciono o que devo ensinar? Por quais conceitos devo me orientar?

Para isso, fui dialogando com a supervisora, tirando dúvidas e expondo algumas inseguranças que ainda me

orbitavam. Ela mencionou que tinha planos de aula de sintaxe já prontos, feitos por ela, mas que eu deveria fazer os meus próprios materiais de apoio. Primeiramente, recorri a minha gramática física de Bechara (2009), mas não foi uma boa ideia. A linguagem era excessivamente acadêmica e aquilo me deixava cada vez mais longe da didática que eu procurava. Recorri a Rocha Lima (2011) (ufa), consegui uma didática mais simples e com linguagem mais objetiva e, por isso, mais acessível, o que favoreceria a transposição de conteúdo. Mas ainda assim eu precisava buscar aqueles conteúdos nos livros didáticos do Ensino Fundamental para ter mais clareza de quais metodologias seriam minhas aliadas. Dessa forma, busquei em algumas coletâneas utilizadas na rede pública de ensino, como a Tecendo Linguagens, de Tania Amaral Oliveira e Lucy Aparecida Melo Araújo (2018), e a Português Linguagens, de William Cereja e Carolina Dias Vianna (2022). Então, depois de tantas buscas, preparei minha primeira aula expositiva, associada a um exercício de fixação sobre o conteúdo “Frase, Oração e Período”.

Se frase, segundo a Gramática Tradicional, é conceituada como palavra ou conjunto de palavras que exprimem um sentido completo, assim eu ansiava que minhas aulas de sintaxe possuíssem sentido completo para os meus alunos do 9º ano. Com frio na barriga diante da novidade desafiante, iniciei

me apresentando, e logo em seguida fui ao quadro escrever o conteúdo a ser explicado posteriormente. Nesse momento, me encontrei frente a frente com meu novo desafio: escrever em um quadro em branco. Nada tinha me preparado para aquela habilidade. O objeto branco, com ares fantasmagóricos, me apavorava diante da necessidade de tocá-lo, tal como o morcego do poema de Augusto dos Anjos. Eu estava quase trêmula, mas com esforço e concentração, escrevi corretamente, mesmo que por linhas tortas.

Nesse contexto, o quadro, embora quase obsoleto pela forte tomada de protagonismo das novas tecnologias da educação, é um dos escassos recursos disponíveis em bom estado de funcionamento na escola pública. Portanto, me ver diante desse desconhecido, mas que a partir dali seria meu grande aliado, foi de fato transformador. Quanto mais os dias de contato com a criatura amedrontadora iam passando, mais eu e ele construíamos laços mais estreitos e menos assustadores. Era o início de uma nova identidade: o rito de passagem de graduanda a docente. Como todo rito de passagem, ao final do grandioso medo veio a celebração diante do aprendizado eterno.

Conforme Piletti (1987), a técnica de aula expositiva é a mais tradicional no campo do ensino, e ela consiste em uma apresentação ou explicação oral sobre determinado tema logicamente estrutu-

rado. Sobre essa técnica, há várias críticas ferrenhas: ela é cansativa, sua eficácia é limitada, não prende o interesse dos estudantes, impõe uma atitude de receptividade passiva, além de ser pouco favorável à aprendizagem (Mattos, 1959). Apesar disso, é ainda a metodologia mais utilizada nas mais diversas salas de aula, ainda mais quando há realidades em que não há material disponível para outras estratégias, como a impressão e o datashow, por exemplo.

Devido a essa escassez de possibilidades, a maior parte de minhas aulas foram do tipo expositiva, mas, mesmo assim, sempre busquei inserir o aluno no processo de aprendizado, incentivando sua autonomia, quando, por exemplo, pedia para irem até o quadro responder a problemática que eu tinha proposto.

Se o sujeito, segundo a Gramática Tradicional, é o termo da oração sobre o qual se declara algo ou o termo que pratica ou sofre a ação expressa pelo verbo, de igual modo eu me vi diante da necessidade de declarar, de agir e tomar decisões naquele instante-lugar em que fui professora. Por isso, busquei atividades que envolvessem o aprendizado da sintaxe através de textos ou, até mesmo, de outras dinâmicas mais interativas, como uma que propus sobre tipos de sujeitos. Para essa atividade, preparei diversas frases contemplando todos os tipos de sujeitos que havíamos estudado: simples, composto, desinencial, indeterminado e oração sem sujeito;

imprimi-as e recortei-as, colocando-as, posteriormente, dentro de uma sacola para que eles pudessem sortear e ir até o quadro colar a frase no local onde estava indicando a classificação correta do sujeito. Já para a aula sobre gêneros e sequências textuais, como tive a oportunidade de utilizar o datashow disponível na sala de vídeo, pude trazer vários textos de gêneros distintos, como a propaganda, a reportagem, a charge, a tirinha, e até mesmo pude analisar detalhadamente um artigo de opinião sobre mobilidade urbana.

Muitos gostaram dessas alternativas de aprendizado, mas outros se viram amedrontados diante da possibilidade de cometer erros. Pessoalmente, foi bastante gratificante poder vê-los interagir entre si e comigo de forma espontânea, tirar dúvidas, refletirem e buscarem no caderno o conteúdo dado, para que assim pudessem responder de forma correta as dinâmicas propostas.

Ao planejar as minhas aulas, com os recursos físicos e pedagógicos disponíveis que eu tinha naquela circunstância, a “educação bancária” (Freire, 2011), foi uma das minhas grandes preocupações. Possenti (1996) nos diz que não existe língua sem gramática, dessa forma, para nos apropriarmos de mecanismos que estruturam a língua, é necessário compreendermos a gramática. Antunes (2014) acrescenta que não existe gramática sem contexto, ele é parte imprescindível da significação

da linguagem. Nesse sentido, “depositar” um conteúdo tão importante, mas ao mesmo tempo tão cheio de controvérsias quanto ao método de ensiná-lo, como a gramática, me deixou insegura e preocupada. Minha preocupação dobrava quando eu ouvia comentários sobre o excesso de conteúdo para copiar no quadro. Nessas horas, a professora supervisora interferia: “eles estão desacostumados com o ato de copiar, estão viciados em celular e não querem mais redigir a mão.” Continuei com minhas aulas no quadro branco, pois era o que eu podia fazer no momento. Mesmo assim, algo ali não me parecia certo, pois eu, enquanto professora, me sentia responsável por adequar o ensino, principalmente o de gramática, à nova realidade dos alunos, inseridos em um meio tecnológico, e de uma escola pública com recursos limitados. Infelizmente, para esse embate não encontrei grandes soluções, apenas alguns caminhos alternativos, como as atividades citadas anteriormente.

Paulo Freire (2011) nos diz: “Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”. Por isso, comprehendo que há de se navegar contra o conformismo da realidade observada: professores e alunos cansados, enfadados, desanimados e entediados com as mesmas rotinas. Mas como fazer isso? Convivendo com outros professores na escola, nunca percebia uma postura de esperança diante do cenário da nossa Educação Básica Pública. Na

verdade, com frequência, me vinham perguntar: “E aí, professora, já sentiu o baque da realidade? A queda da idealização?” Eu logo lembrava dos momentos de angústia em que eu me via, esforçadamente, explicando “as orações sem sujeito” e um grupo de alunos ao fundo da sala se levantando, conversando e ignorando a aula. Ou quando uma aluna, ao receber o resultado da atividade avaliativa que eu tinha preparado, a rasgou e amassou na minha frente. Nesses momentos, eu voltava para casa com verdadeiras crises existenciais. Me sentia fraca por sentir tão profundamente certos descontentamentos por parte dos alunos. Nesse sentido, eu, como professora, como humana, me valho da frase de Saramago: “Se tens um coração de ferro, bom proveito. O meu, fizeram-no de carne, e sangra todo dia.”

Com as aulas de linguística e sintaxe aprendi a teoria, a fundamentação, tirei o respaldo científico necessário, que corrobora eticamente com uma postura pedagógica comprometida e responsável; com os livros didáticos, aprimorei os métodos; com minha memória de aluna do Ensino Fundamental, aprendi a lembrar “dos ensinamentos da tirinha”²: o texto é parte fundamental do ensino de língua portuguesa. Era a tirinha que me intrigava, que me motivava a compreender a gramática. A resposta

para tudo isso, continuo sem tê-la. Mas, à semelhança da libertação sugerida ao final do filme de Almodóvar, saio deste Estágio transformada — não por ausência de medos e feridas, mas pela coragem de enfrentá-los. Por uma educação pública, gratuita e de qualidade, lutarei. Sangrando, mas lutarei.

BIBLIOGRAFIA

ALMODÓVAR, Pedro (Direção). **A pele que habito**. Madrid: El Deseo, 2011. DVD (117 min).

ANJOS, Augusto dos. **O Morcego**. In: ANJOS, Augusto dos. Eu. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada**: ensinando o que é da conta do professor. 7. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 27 maio de 2025.

² A metáfora utilizada aqui remete ao uso bastante usual e produtivo do gênero textual tirinha para ensino de gramática da língua portuguesa. Ademais, essa metáfora foi escolhida, pois esse gênero textual ocupa um lugar de afetividade na autora do relato.

22

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2. ed. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2024.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.
- CEREJA, William; VIANNA, Carolina Dias. **Português linguagens**. ed. 11. São Paulo: Saraiva, 2022.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. 41 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Gramática sistêmico-funcional**: uma introdução. Tradução de Silvana Serrani Infante. São Paulo: Parábola Editorial, 1994.
- MATTOS, Luiz Alves de. **Sumário de didática geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aurora, 1959.
- OLIVEIRA, Tânia Amaral; ARAÚJO, Lucy Aparecida Melo. **Tecendo linguagens**: língua portuguesa. ed. 5. São Paulo: FTD, 2018.
- PILETTI, Claudino. **Didática geral**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1987.
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.
- SARAMAGO, José. **A segunda vida de Francisco de Assis**. Lisboa: Editorial Caminho, 1987.